



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº. 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 082/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Art. 74, IV, da Lei nº. 14.133/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO PERMANENTE

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos pesados e máquinas pesadas integrantes da frota do Município de Palmas de Monte Alto/BA, na forma dos arts. 74, IV, 78, I, e 79, I e III, da Lei Federal nº. 14.133/2021, combinado com o Decreto Municipal nº. 79, de 21 de maio de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL

- Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Decreto Municipal nº. 79, de 21 de maio de 2026 (Regulamento Municipal de Credenciamento);
- Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei Federal nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);
- Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção);
- Resolução TCM-BA nº. 1.431, de 17 de novembro de 2021;
- Demais normas aplicáveis.

DADOS DO PROCEDIMENTO

Edital nº.	005/2026 – Publicado em 08 de junho de 2026
Processo Administrativo	082/2026 (25/05/2026)
Vigência	24 meses prorrogáveis até 60 meses (art. 107, Lei 14.133/2021)
Agente de Contratação	Almir Pires de Carvalho – Portaria nº. 22, de 26/03/2025
Autoridade Demandante	José Luiz Silva de Oliveira – Secretário Municipal de Viação e Transito (Decreto nº. 83/2025)
Valor Global Estimado	Limitado a 70% do valor de avaliação por bem, por ano-calendário (Cláusula 14)
Divulgação	PNCP, Diário Oficial do Município e sítio oficial (www.palmasdemontealto.ba.gov.br)

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento de pessoas jurídicas regularmente constituídas, sediadas ou com filial estabelecida no Estado da Bahia, especializadas no FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS, ORIGINAIS OU PARALELAS DE 1ª LINHA e na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MECÂNICA, ELÉTRICA, HIDRÁULICA, FUNILARIA, PINTURA, BORRACHARIA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, RETÍFICA E DEMAIS INTERVENÇÕES TÉCNICAS necessárias à manutenção da frota de veículos pesados e máquinas pesadas do Município de Palmas de Monte Alto/BA, conforme relação constante do Anexo I.

1.2. O objeto se enquadra, cumulativamente, nas hipóteses do art. 79, I (contratação paralela e não excludente) e III (mercados fluidos), da Lei nº. 14.133/2021, e do art. 5º, I e III, do Decreto Municipal nº. 79/2026, ensejando a inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, IV, do mesmo diploma.



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

1.3. A contratação paralela e não excludente decorre da viabilidade e vantajosidade da convocação simultânea ou sucessiva de múltiplos credenciados, sob condições padronizadas, dada a dispersão geográfica das demandas, a necessidade de pronta resposta operacional, a especialização técnica diferenciada de cada prestador e a impossibilidade prática de adjudicação a um único contratado sem prejuízo à continuidade do serviço público.

1.4. O enquadramento subsidiário em mercados fluidos justifica-se pela flutuação constante de preços, disponibilidade e prazos de fornecimento de peças e serviços automotivos, especialmente para itens não constantes da tabela de referência adotada (Cláusula 13), os quais serão objeto de cotação concorrencial entre os credenciados.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para os fins deste Edital, considera-se:

I – CREDENCIAMENTO: procedimento auxiliar de contratação pública, regido pelos arts. 78, I, e 79 da Lei nº. 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 79/2026, por meio do qual a Administração convoca interessados aptos a fornecer peças e prestar serviços à frota municipal;

II – CREDENCIADO: pessoa jurídica habilitada nos termos deste Edital, incluída na Lista de Credenciados e apta à convocação para futuras contratações;

III – TABELA DE REFERÊNCIA: Sistema TRAZ VALOR (www.sistematrazvalor.com.br), adotado como parâmetro de preços máximos para peças e serviços tabelados, na forma da Cláusula 13;

IV – ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretário Municipal de Viação e Transito, responsável pela demanda, fiscalização e atesto da execução;

V – FISCAL DO CONTRATO: agente público designado para acompanhar e fiscalizar a execução, registrar a motivação da escolha do credenciado, atestar liquidação e propor sanções;

VI – ORDEM DE SERVIÇO (OS): instrumento hábil que formaliza, a cada demanda, a contratação específica de fornecimento ou serviço junto a credenciado, conforme art. 95 da Lei nº. 14.133/2021;

VII – VALOR DE AVALIAÇÃO: valor unitário de mercado de cada bem da frota, fixado conforme Tabela FIPE (veículos) ou Laudo Técnico de Avaliação (máquinas pesadas), referenciado no Anexo I;

VIII – TETO ANUAL DE MANUTENÇÃO: limite máximo de despesa por bem, em cada exercício financeiro, equivalente a 70% (setenta por cento) do respectivo valor de avaliação atualizado.

CLÁUSULA 3ª – DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO E DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO

3.1. O credenciamento não obriga o Município de Palmas de Monte Alto à contratação, não gerando ao credenciado:

I – direito subjetivo à contratação;

II – garantia de demanda mínima;

III – exclusividade;

IV – indenização por ausência de convocação;

V – manutenção indefinida do vínculo de credenciamento.

3.2. Havendo demanda, a Administração observará os critérios objetivos previstos na Cláusula 15, registrando-se, no processo de cada contratação, a motivação da escolha, a aplicação da Tabela de Referência e a igualdade de oportunidade entre os credenciados em situação equivalente.

CLÁUSULA 4ª – DOS BENS A SEREM ATENDIDOS



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

4.1. Compõem o universo de bens deste credenciamento:

I – Frota de veículos pesados (Anexo I-A), totalizando 29 (vinte e nove) unidades, incluindo caçambas, microônibus, ônibus, caminhão pipa, caminhão ¾ e similares, todos movidos a diesel, com valores referenciados pela Tabela FIPE vigente;

II – Frota de máquinas pesadas (Anexo I-B), totalizando 11 (onze) unidades, compreendendo pás carregadeiras, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores, conforme Relatório Técnico de Avaliação datado de 15 de maio de 2026, no valor total avaliado de R\$ 2.625.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais).

4.2. A inclusão, alienação, baixa ou substituição de bens da frota durante a vigência do credenciamento será registrada por meio de aditamento ao Anexo I, devidamente publicado, sem necessidade de novo edital.

CLÁUSULA 5ª – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste credenciamento pessoas jurídicas que:

I – estejam regularmente constituídas com sede ou filial estabelecida no Estado da Bahia, comprovada por contrato social, estatuto ou ato equivalente;

II – tenham, em seu objeto social, atividade compatível com fornecimento de peças automotivas e/ou prestação de serviços de manutenção em veículos pesados ou máquinas pesadas;

III – atendam integralmente aos requisitos de habilitação previstos neste Edital;

IV – aceitem expressamente as condições do Edital e seus anexos, mediante declaração específica.

5.2. É facultada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com observância do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.

5.3. A restrição territorial estadual (Bahia) fundamenta-se em critério objetivo de celeridade operacional, redução de tempo de imobilização da frota e otimização da fiscalização contratual, sem prejuízo da imposição ao credenciado das despesas de traslado, guincho, estadia e diárias de motorista quando o serviço exigir deslocamento, na forma da Cláusula 19.4.

CLÁUSULA 6ª – DAS VEDAÇÕES

6.1. É vedada a participação de pessoa jurídica que:

I – esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

II – tenha sido declarada inidônea enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III – enquadre-se nas hipóteses do art. 14 da Lei nº. 14.133/2021;

IV – mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão demandante, agente público responsável pelo procedimento ou agente público que atue na fiscalização ou gestão contratual, quando tal vínculo configure conflito de interesses ou vedação legal, na forma da Lei nº. 12.813/2013;

V – apresente documentação falsa, declaração inverídica ou informação destinada a fraudar o procedimento;

VI – esteja em recuperação judicial, salvo apresentação de plano homologado e certidão de que o plano está sendo cumprido;

VII – seja constituída sob a forma de cooperativa de mão de obra, observada a Lei nº. 12.690/2012, salvo se atendidos os requisitos legais.

CLÁUSULA 7ª – DA HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

7.1. A habilitação será aferida pela Comissão de Contratação, observados os arts. 62 a 70 da Lei nº. 14.133/2021, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº. 14.133/2021):

- a) Registro empresarial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração consolidada, devidamente registrado no órgão competente;
- c) Inscrição no CNPJ;
- d) Comprovante de inscrição estadual ou municipal, conforme a atividade;
- e) Documento de identificação do representante legal.

II – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº. 14.133/2021):

- a) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (SEFAZ-BA);
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº. 14.133/2021):

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social exigível, na forma da lei, exceto para ME/EPP optantes pelo Simples Nacional, dispensadas nos termos da LC 123/2006.

IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº. 14.133/2021):

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação anterior de serviço de fornecimento de peças e/ou manutenção em veículos ou máquinas pesadas em condições compatíveis com o objeto, sem exigência de quantitativos mínimos restritivos;
- b) Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura da sede do credenciando;
- c) Licença ambiental ou comprovação de dispensa, emitida pelo órgão ambiental competente, quando exigida pela natureza dos serviços (descarte de óleo lubrificante usado, resíduos sólidos, baterias, pneus e congêneres), na forma da Resolução CONAMA nº. 362/2005 e legislação correlata.

V – DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS:

- a) Declaração Unificada (Anexo VI), abrangendo conformidade com art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; ausência de impedimentos; aceitação das condições do Edital; veracidade documental; conhecimento das normas de integridade e LGPD.

7.2. Os documentos poderão ser apresentados em via original ou em cópia autenticada, ou ainda em mídia digital com assinatura eletrônica qualificada, conforme MP 2.200-2/2001.

7.3. A Comissão de Contratação poderá realizar diligências para verificar a veracidade e a vigência dos documentos, inclusive mediante consulta a sistemas oficiais, o que constituirá meio idôneo de comprovação, na forma do art. 64 da Lei nº. 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

7.4. É vedada a substituição ou apresentação de novos documentos após o protocolo, salvo em sede de diligência destinada à complementação ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após o protocolo, conforme art. 15, §2º, do Decreto Municipal nº. 79/2026.

CLÁUSULA 8ª – DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

8.1. O interessado apresentará requerimento de credenciamento (Anexo V), acompanhado da documentação exigida na Cláusula 7ª, durante toda a vigência do edital, sem prazo fatal de fim, observado o cadastramento permanente.

8.2. A apresentação do requerimento implica aceitação integral e irrestrita das condições do Edital e seus anexos, sem prejuízo do direito de impugnação e esclarecimento na forma da Cláusula 10.

8.3. O interessado é responsável pela veracidade dos documentos e declarações apresentados, sob as cominações dos arts. 297 e 299 do Código Penal e do art. 155, VIII, da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª – DA ANÁLISE, JULGAMENTO E PUBLICAÇÃO

9.1. A Comissão de Contratação examinará a documentação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do protocolo, podendo prorrogar uma única vez por igual período, mediante decisão motivada juntada aos autos.

9.2. Ao final da análise, será publicada decisão fundamentada de habilitação ou inabilitação, da qual caberá recurso na forma da Cláusula 10.

9.3. O interessado declarado habilitado será incluído na Lista de Credenciados, publicada no PNCP e no sítio oficial do Município, com atualização permanente.

9.4. A inabilitação não obsta novo pedido de credenciamento, desde que sanada a causa motivadora.

CLÁUSULA 10 – DAS IMPUGNAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos, observados os seguintes prazos, contados em dias úteis:

I – Impugnação: até 3 (três) dias úteis antes da abertura formal de novo período de habilitação, ou a qualquer tempo durante a vigência, com efeitos prospectivos;

II – Pedido de esclarecimento: até 3 (três) dias úteis antes da apresentação do requerimento de credenciamento.

10.2. A Comissão de Contratação responderá às impugnações e esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento, na forma do art. 164 da Lei nº. 14.133/2021.

10.3. O acolhimento de impugnação implicará retificação do Edital, com republicação pelos meios oficiais e reabertura de prazo, quando necessário.

10.4. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da publicação, dirigido à Comissão de Contratação, com efeito devolutivo, na forma do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021.

10.5. Apresentado o recurso, os demais credenciados serão intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis, na forma do art. 165, §2º, da Lei nº. 14.133/2021.

10.6. A Comissão de Contratação poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-la, devidamente informada, à autoridade superior, que decidirá em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos.

CLÁUSULA 11 – DA LISTA DE CREDENCIADOS

11.1. A Lista de Credenciados será publicada e mantida permanentemente atualizada no PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município e em local de fácil acesso no portal de transparência, contendo, no mínimo:



- I – razão social, CNPJ e endereço de cada credenciado;
- II – data do credenciamento;
- III – categorias de peças e serviços habilitados;
- IV – contato administrativo e técnico;
- V – status (ativo, suspenso, descredenciado).

11.2. A inclusão de novos credenciados não afeta os já habilitados, observada a isonomia.

CLÁUSULA 12 – DO ENQUADRAMENTO DO PREÇO E DA TABELA DE REFERÊNCIA

12.1. Os preços de peças e serviços executados em decorrência do credenciamento observarão, como teto máximo, o valor constante da Tabela de Referência do Sistema TRAZ VALOR (www.sistematrazvalor.com.br), com APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DESCONTO MÍNIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), de modo que o preço máximo praticado equivalha a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da tabela vigente na data da Ordem de Serviço.

12.2. A consulta à Tabela TRAZ VALOR será realizada pelo Fiscal do Contrato, com emissão de extrato impresso ou digital, datado e assinado, juntado aos autos da respectiva Ordem de Serviço, como evidência objetiva do preço de referência.

12.3. Os itens não constantes da Tabela TRAZ VALOR, ou para os quais a consulta retorne preço inexistente, indisponível ou tecnicamente inaplicável ao bem específico, serão objeto de COTAÇÃO ENTRE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) CREDENCIADOS, com adjudicação ao de MENOR PREÇO, observada a Cláusula 13.

12.4. As cotações serão formalizadas por escrito, datadas, assinadas e juntadas aos autos, contendo a descrição completa da peça ou serviço, a marca/modelo do bem, o quantitativo e o prazo de execução proposto.

12.5. Na hipótese de existir um único credenciado apto ao item específico, o procedimento será conduzido de forma análoga à dispensa de cotação, com justificativa técnica e pesquisa de mercado complementar (Painel de Preços, Banco de Preços, notas fiscais de aquisições similares, ou cotação extra-rede), na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 13 – DA COTAÇÃO ENTRE CREDENCIADOS PARA ITENS NÃO TABELADOS

13.1. Para os itens não constantes da Tabela TRAZ VALOR, a Administração:

- I – emitirá pedido de cotação dirigido a todos os credenciados habilitados para a categoria, com prazo de resposta não inferior a 2 (dois) dias úteis para serviços rotineiros e de até 12 (doze) horas para emergências devidamente caracterizadas;
- II – consolidará as propostas recebidas em mapa comparativo, contendo descrição, marca, prazo de entrega, prazo de execução e preço total;
- III – adjudicará o item ao credenciado de menor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos e o prazo;
- IV – juntará ao processo, no mínimo, as 3 (três) propostas recebidas; havendo número menor, será juntada justificativa.

13.2. O credenciado que se recusar imotivadamente a apresentar cotação por mais de 3 (três) vezes no período de 90 (noventa) dias estará sujeito a suspensão temporária de convocação, mediante decisão motivada e assegurado o contraditório.

13.3. A apresentação de cotação não vincula a contratação, sendo cabível a desistência justificada do certame específico pela Administração, desde que motivada.



CLÁUSULA 14 – DO TETO ANUAL POR BEM

14.1. O valor MÁXIMO de gastos com peças e serviços por bem da frota (veículo ou máquina) fica LIMITADO A 70% (SETENTA POR CENTO) DO RESPECTIVO VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO, A SER APURADO POR ANO-CALENDÁRIO (1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício).

14.2. Para fins desta Cláusula:

I – nos veículos, o valor de avaliação corresponde ao preço constante da Tabela FIPE vigente em janeiro do exercício correspondente;

II – nas máquinas pesadas, o valor de avaliação corresponde ao Laudo Técnico de Avaliação anual, a ser providenciado pela Administração até 31 de janeiro de cada exercício;

III – atingido o teto anual em determinado bem, ficam vedadas novas contratações de peças ou serviços para aquele bem específico no remanescente do exercício, salvo emergências devidamente justificadas pela Secretaria demandante e autorizadas pelo Secretário, mediante registro nos autos.

14.3. O Fiscal manterá controle por bem (mapa de gastos por placa/série), com atualização mensal, comunicando à Comissão de Contratação a aproximação de 80% (oitenta por cento) do teto anual de cada bem, para fins de governança e alerta orçamentário.

14.4. Sempre que o somatório acumulado de despesas com manutenção de um mesmo bem, em exercícios sucessivos, indicar antieconomicidade na sua conservação (Acórdão TCU nº. 1.452/2015-Plenário – diretriz anti-cavalo morto), a Administração deverá avaliar formalmente a conveniência da baixa, alienação ou substituição do bem, registrando-se a decisão nos autos.

CLÁUSULA 15 – DA ESCOLHA DO CREDENCIADO E DA MOTIVAÇÃO DO FISCAL

15.1. Caracterizada a demanda, o Fiscal do Contrato indicará o credenciado a ser convocado, observando os seguintes critérios objetivos, de aplicação cumulativa e ponderada:

I – preço efetivamente praticado (Tabela TRAZ VALOR com desconto mínimo de 25% ou menor preço apurado em cotação);

II – disponibilidade imediata da peça ou prazo de execução do serviço;

III – capacidade técnica e ferramental compatível com o bem específico;

IV – histórico de qualidade e cumprimento de prazos em ordens de serviço anteriores;

V – proximidade geográfica e otimização do tempo de imobilização da frota;

VI – distribuição equitativa da demanda entre os credenciados em situação equivalente, evitando-se concentração indevida.

15.2. A escolha do credenciado será MOTIVADA POR ESCRITO em despacho do Fiscal, juntado aos autos da Ordem de Serviço, contendo:

I – identificação da demanda (bem, defeito, peça ou serviço);

II – consulta à Tabela TRAZ VALOR ou ata da cotação entre credenciados;

III – critérios aplicados na escolha;

IV – cláusula de declaração de inexistência de concentração indevida de demanda no credenciado escolhido nos últimos 90 (noventa) dias.

15.3. É vedada a indicação reiterada do mesmo credenciado sem motivação técnica, sob pena de responsabilização administrativa do Fiscal, na forma do art. 169 da Lei nº. 14.133/2021.

15.4. O Secretário Municipal, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, validará a indicação do Fiscal ou determinará revisão fundamentada.



CLÁUSULA 16 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação será formalizada por Ordem de Serviço (Anexo VII), nota de empenho, autorização de fornecimento ou contrato escrito, conforme o vulto, a complexidade e a duração do objeto específico, na forma do art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

16.2. Para serviços de valor igual ou inferior ao limite de dispensa do art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, será dispensado contrato formal, substituído por Ordem de Serviço e Nota de Empenho.

16.3. Para contratações de maior vulto, será celebrado contrato específico, observando as cláusulas necessárias do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

16.4. A convocação do credenciado dar-se-á por meio eletrônico oficial (e-mail institucional, sistema de gestão, ou outro meio previsto no Anexo III), com prazo de aceitação ou recusa motivada não superior a 24 (vinte e quatro) horas para emergências e 48 (quarenta e oito) horas para serviços rotineiros.

16.5. A recusa imotivada em assinar a Ordem de Serviço ou aceitar a convocação implicará perda da contratação específica, sem prejuízo de eventual sanção, conforme Cláusula 23.

CLÁUSULA 17 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DOS CONTRATOS

17.1. O Edital de Credenciamento terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período, sucessivamente, até o limite total de 60 (sessenta) meses, observado o art. 107 da Lei nº. 14.133/2021.

17.2. Os contratos celebrados em decorrência do credenciamento observarão a vigência específica neles definida, respeitado o art. 105 da Lei nº. 14.133/2021, podendo ser:

I – contratos de fornecimento eventual (peças avulsas): vigência limitada à execução do objeto;

II – contratos de prestação de serviço contínuo: vigência de até 5 (cinco) anos, observado o art. 106 da Lei nº. 14.133/2021;

III – Ordens de Serviço pontuais: vigência adstrita à execução, sem natureza contratual continuada.

17.3. A revisão anual do edital, da Tabela TRAZ VALOR como referência (verificação de continuidade, integridade e atualidade) e dos valores de avaliação dos bens será obrigatória, com registro nos autos.

CLÁUSULA 18 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

18.1. São obrigações do Município:

I – conduzir o credenciamento com legalidade, impessoalidade, transparência, motivação e igualdade de tratamento;

II – manter o edital e a lista de credenciados permanentemente disponíveis;

III – designar Gestor e Fiscal do Contrato;

IV – realizar consulta à Tabela TRAZ VALOR e juntar evidência aos autos;

V – emitir Ordem de Serviço, nota de empenho e demais instrumentos;

VI – atestar a execução, liquidar a despesa e efetuar o pagamento na forma da Cláusula 21;

VII – assegurar contraditório e ampla defesa nos processos sancionatórios e de descredenciamento;

VIII – promover controle, avaliação e revisão periódica do credenciamento;

IX – publicar trimestralmente o relatório de acompanhamento previsto no art. 42 do Decreto Municipal nº. 79/2026.

CLÁUSULA 19 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

19.1. São obrigações dos credenciados:

- I – manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação;
- II – executar peças e serviços com qualidade, pontualidade, regularidade, segurança e observância das normas técnicas (ABNT, INMETRO, fabricante);
- III – atender às convocações nos prazos estabelecidos;
- IV – fornecer peças GENUÍNAS, ORIGINAIS ou PARALELAS DE 1ª LINHA, observada a Cláusula 20;
- V – emitir nota fiscal eletrônica detalhada por item e serviço, com identificação do bem (placa/série), referência à Ordem de Serviço e à Tabela TRAZ VALOR aplicada;
- VI – responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e administrativos decorrentes da execução;
- VII – proteger dados pessoais e informações sigilosas obtidas em razão da contratação, observada a Lei nº. 13.709/2018 (LGPD);
- VIII – abster-se de praticar atos de fraude, corrupção, conluio, favorecimento, direcionamento ou conflito de interesses, sob as penas da Lei nº. 12.846/2013;
- IX – permitir a fiscalização da Administração e dos órgãos de controle externo (TCM-BA, MPF, MP-BA);
- X – descartar adequadamente óleo lubrificante usado, baterias, pneus e resíduos sólidos, observada a Resolução CONAMA nº. 362/2005 e legislação ambiental aplicável.

19.2. O credenciado responde pela integridade do bem desde a sua entrega para reparo até a devolução, mediante termo de entrega e termo de devolução assinados pelo Fiscal.

19.3. O credenciado deverá disponibilizar canal eletrônico de comunicação institucional (e-mail, WhatsApp Business ou sistema próprio), com atendimento em dias úteis.

19.4. SOBRE DESLOCAMENTO E LOGÍSTICA: caso a execução do serviço exija traslado do bem para fora da sede do credenciado, ou caso o atendimento se dê em local indicado pela Administração fora do Município de sede do credenciado, todas as despesas de guincho, transporte, estadia e diária de motorista correrão por conta exclusiva do CREDENCIADO, vedado o repasse ou cobrança adicional à Administração, salvo expressa previsão em edital diverso.

19.5. O credenciado deverá manter programa básico de integridade (compliance), observado o art. 25, §4º, da Lei nº. 14.133/2021, quando aplicável, e o Decreto Federal nº. 11.129/2022.

CLÁUSULA 20 – DAS PEÇAS E DA AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

20.1. As peças aplicadas observarão a seguinte ordem de preferência:

- I – Genuína (do fabricante do bem) – preferência absoluta;
- II – Original (de fornecedor original homologado pelo fabricante – 1ª linha) – preferência subsidiária;
- III – Paralela de 1ª linha – admitida somente mediante autorização expressa e motivada do Fiscal, nas seguintes hipóteses:
 - a) peça genuína indisponível no mercado dentro de prazo razoável;
 - b) bem fora de linha de fabricação ou com idade superior a 15 (quinze) anos;
 - c) economicidade comprovada superior a 30% (trinta por cento) em relação à peça genuína, sem prejuízo da qualidade técnica;
 - d) recomendação técnica fundamentada do Responsável Técnico do credenciado, acompanhada de prova de qualidade (certificação, garantia do fabricante da peça, atestados).



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

20.2. É vedada a aplicação de peça remanufaturada ou recondicionada, salvo expressa autorização do Secretário, mediante parecer técnico justificado e ciência do agente de controle interno.

20.3. A nota fiscal deverá identificar com precisão o tipo de peça aplicada (genuína/original/paralela), o fabricante, o lote, a marca e demais elementos de rastreabilidade.

CLÁUSULA 21 – DA GARANTIA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

21.1. GARANTIAS MÍNIMAS, sem prejuízo de garantia maior oferecida espontaneamente:

I – Peças: 90 (noventa) dias da instalação, observada a garantia legal do art. 26, II, da Lei nº. 8.078/1990 (CDC) para bens duráveis;

II – Serviços: 90 (noventa) dias da entrega, observada a garantia legal do art. 26, II, do CDC;

III – Peças com garantia de fabricante superior aos 90 dias: prevalecerá o prazo maior, vinculando o credenciado.

21.2. Constatado vício, defeito ou má execução dentro do prazo de garantia, o credenciado deverá realizar a substituição da peça ou a reexecução do serviço SEM ÔNUS À ADMINISTRAÇÃO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para reparos rotineiros e 24 (vinte e quatro) horas para emergências caracterizadas.

21.3. O recebimento do bem será PROVISÓRIO ao retorno do reparo, mediante termo do Fiscal, e DEFINITIVO após teste operacional e verificação de conformidade, em até 10 (dez) dias úteis, na forma do art. 140 da Lei nº. 14.133/2021.

21.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do atesto definitivo da Nota Fiscal, mediante:

I – conferência da Nota Fiscal eletrônica;

II – comprovação de manutenção das condições de habilitação;

III – atesto da execução pelo Fiscal;

IV – observância da ordem cronológica de pagamentos, na forma do art. 141 da Lei nº. 14.133/2021.

21.5. É vedado pagamento por demanda não executada, expectativa de contratação, reserva de mercado ou simples permanência na Lista de Credenciados.

21.6. As retenções tributárias e previdenciárias serão efetuadas conforme legislação vigente.

CLÁUSULA 22 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. O credenciamento, por si, não gera obrigação de despesa para o MUNICÍPIO, não assegurando demanda mínima nem direito subjetivo à contratação.

22.2. As despesas decorrentes das contratações efetivadas com fundamento neste Edital correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do MUNICÍPIO, a serem indicadas em cada Ordem de Serviço e/ou no respectivo contrato, conforme a disponibilidade dos exercícios em que ocorrerem.

22.3. A indicação da unidade orçamentária, do programa de trabalho, do elemento de despesa e da fonte de recurso será efetuada no momento de cada contratação, observada a Lei Orçamentária Anual vigente.

CLÁUSULA 23 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Aplicam-se aos credenciados as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/2021, observados contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e motivação, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



22.2. Constituem condutas passíveis de apuração:

- I – deixar de entregar documentação exigida;
- II – apresentar documentação ou declaração falsa;
- III – recusar-se a assinar Ordem de Serviço, contrato ou aceitar convocação válida;
- IV – fraudar o credenciamento ou a execução contratual;
- V – comportar-se de modo inidôneo;
- VI – cometer fraude fiscal;
- VII – descumprir obrigações contratuais;
- VIII – causar dano à Administração ou a terceiros;
- IX – praticar ato lesivo previsto na Lei nº. 12.846/2013;
- X – aplicar peça falsa, recondicionada não autorizada ou de qualidade inferior à contratada.

22.3. As sanções aplicáveis são:

- I – advertência por escrito;
- II – multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato ou da Ordem de Serviço, na forma do art. 156, §3º, da Lei nº. 14.133/2021;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por até 3 (três) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública por até 6 (seis) anos.

22.4. As sanções poderão ser cumulativas, observados os critérios do art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 24 – DO DESCREDENCIAMENTO

23.1. O credenciado poderá ser descredenciado nas hipóteses do art. 34 do Decreto Municipal nº. 79/2026, em especial:

- I – pedido formal do próprio credenciado, com aviso prévio de 30 dias;
- II – perda superveniente das condições de habilitação;
- III – descumprimento injustificado das condições do Edital, do termo de credenciamento ou do contrato;
- IV – recusa imotivada reiterada de convocação ou de apresentação de cotação;
- V – aplicação de sanção de impedimento ou declaração de inidoneidade;
- VI – apresentação de documento falso, declaração inverídica ou fraude;
- VII – prática de ato que comprometa a lisura, isonomia, segurança, continuidade ou qualidade da contratação.

23.2. O processo de descredenciamento observará contraditório e ampla defesa, com decisão fundamentada da autoridade competente.

23.3. O pedido de descredenciamento voluntário não desobriga o credenciado das obrigações de contratos já assumidos ou em garantia técnica.

23.4. A Administração poderá suspender cautelarmente novas convocações de credenciado quando houver indícios relevantes de irregularidade, na forma do art. 35 do Decreto Municipal nº. 79/2026.

CLÁUSULA 25 – DA LGPD, INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

24.1. Os credenciados obrigam-se a observar integralmente a Lei nº. 13.709/2018 (LGPD) quanto aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste credenciamento, observadas as bases legais aplicáveis, em especial o art. 7º, II, III e V (cumprimento de obrigação legal, execução de políticas públicas e execução de contrato).

24.2. Os credenciados observarão a Lei nº. 12.846/2013 (Anticorrupção), a Lei nº. 12.813/2013 (Conflito de Interesses) e demais normas de integridade, declarando-se cientes das vedações ao oferecimento de vantagens indevidas a agentes públicos.

24.3. É obrigatória a comunicação imediata, por escrito, à Controladoria Interna do Município, de qualquer fato que configure conflito de interesses superveniente, sob pena de descredenciamento sumário e responsabilização.

CLÁUSULA 26 – DA GOVERNANÇA, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

25.1. O credenciamento será objeto de relatório periódico de acompanhamento, na forma do art. 42 do Decreto Municipal nº. 79/2026, contendo:

- I – número de interessados habilitados, descredenciados e em análise;
- II – quantidade de Ordens de Serviço emitidas por credenciado;
- III – valores executados e pagos por credenciado e por bem;
- IV – distribuição da demanda (mapa de equidade);
- V – ocorrências, glosas, reclamações e sanções aplicadas;
- VI – avaliação de vantajosidade e qualidade da execução;
- VII – recomendações de revisão do edital ou encerramento, quando aplicável.

25.2. O processo administrativo será conduzido preferencialmente em meio eletrônico, com registro de todos os atos, na forma do art. 41 do Decreto Municipal nº. 79/2026 e da Resolução TCM-BA nº. 1.431/2021.

25.3. A divulgação no PNCP é CONDIÇÃO DE EFICÁCIA deste Edital e de seus atos, na forma do art. 94 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 27 – DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E ENCERRAMENTO

26.1. O Edital poderá ser anulado por vício de legalidade, de ofício ou por provocação, observados motivação, contraditório e ampla defesa.

26.2. O Edital poderá ser revogado por razões de conveniência e oportunidade decorrentes de fato superveniente, devidamente justificadas.

26.3. A revogação não repercutirá automaticamente sobre contratos já celebrados, salvo decisão motivada em sentido diverso.

CLÁUSULA 28 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com apoio da Comissão de Contratação, da Procuradoria Jurídica e da Controladoria Interna, observados a Lei nº. 14.133/2021, o Decreto Municipal nº. 79/2026, os princípios gerais do Direito Administrativo e as normas municipais aplicáveis.

27.2. Fica eleito o foro da Comarca de Palmas de Monte Alto/BA para dirimir quaisquer questões oriundas deste Edital, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27.3. Constituem partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição:

- I – Anexo I-A – Relação dos veículos pesados (FIPE);



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

- II – Anexo I-B – Relação das máquinas pesadas (Laudo);
- III – Anexo II – Termo de Referência;
- IV – Anexo III – Minuta do Termo de Credenciamento;
- V – Anexo IV – Minuta de Contrato;
- VI – Anexo V – Modelo de Requerimento de Credenciamento;
- VII – Anexo VI – Modelo de Declaração Unificada;
- VIII – Anexo VII – Modelo de Ordem de Serviço;
- IX – Anexo VIII – Modelo de Pedido e Mapa de Cotação;
- X – Anexo IX – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.

Palmas de Monte Alto/BA, 09 de junho de 2026.

ALMIR PIRES DE CARVALHO

Agente de Contratação – Portaria nº. 22, de 26/03/2025

JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Transito – Decreto nº. 83/2025



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO I-A — RELAÇÃO DOS VEÍCULOS PESADOS (REFERÊNCIA FIPE)

Universo de 29 (vinte e nove) veículos integrantes da frota da Secretário Municipal de Viação e Transito, todos movidos a diesel, abaixo discriminados:

ITEM	PLACA	MODELO	RENAVAM	VALOR FIPE (R\$)
01	JPW 0943	CAÇAMBA FORD	933294697	109.212,00
02	OUK 0008	CAÇAMBA IVECO	585284849	146.743,00
03	PJH 5515	CAÇAMBA-TRUCK	1034613941	263.430,00
04	PJL 3886	PIPA – TRUCK	1059791134	297.530,00
05	JRY 4255	MICROÔNIBUS	—	82.967,00
06	PJV 3043	MICROÔNIBUS	—	87.164,00
07	NTH 0853	MICROÔNIBUS	—	76.082,00
08	OUG 4750	MICROÔNIBUS	—	202.087,00
09	RCU 6J55	MICROÔNIBUS	—	334.655,00
10	RCU 8G25	MICROÔNIBUS	—	334.655,00
11	RCU 9E28	MICROÔNIBUS	—	334.655,00
12	RCU 0C61	MICROÔNIBUS	—	334.655,00
13	RCU 4E71	MICROÔNIBUS	—	334.655,00
14	RDF 7H94	MICROÔNIBUS	—	355.161,00
15	RPG 9J23	MICROÔNIBUS	—	356.120,00
16	RPM 0D24	MICROÔNIBUS	—	356.120,00
17	RPO 7J83	MICROÔNIBUS	—	356.120,00
18	SKQ 5H95	MICROÔNIBUS	—	432.000,00
19	PLC 0812	ÔNIBUS	—	276.388,00
20	NTN 3386	ÔNIBUS	—	215.000,00
21	NYO 9854	ÔNIBUS	—	229.000,00
22	NYQ 6266	ÔNIBUS	—	229.000,00
23	NYQ 3546	ÔNIBUS	—	229.000,00
24	OUO 1227	ÔNIBUS	—	210.801,00
25	OUQ 6834	ÔNIBUS	—	210.801,00
26	JRY 1414	ÔNIBUS	—	185.000,00
27	PJC 1275	CAMINHÃO ¾ VW	—	204.550,00
28	RPD 1J21	CAMINHÃO PIPA	—	230.426,00
29	(a incluir, conforme aditamento)			

VALOR FIPE TOTAL (REFERÊNCIA): R\$ 6.823.987,00

TETO ANUAL DE MANUTENÇÃO (70%): R\$ 4.776.790,90

Observação: os valores FIPE serão atualizados em janeiro de cada exercício, conforme Cláusula 14.2, I, do Edital.



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO I-B — RELAÇÃO DAS MÁQUINAS PESADAS (REFERÊNCIA: LAUDO 15.05.2026)

Universo de 11 (onze) máquinas, conforme Relatório Técnico Consolidado de Avaliação de Máquinas Pesadas, datado de 15 de maio de 2026, firmado pelos servidores Antonio Salmo Lopes Teixeira (mat. 2744), Edmar Gomes de Almeida (mat. 1082) e Jardel Ramos Souza (mat. 2052488):

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA/MODELO	ANO	SÉRIE/PIN	VALOR (R\$)
01	Pá Carregadeira	New Holland 12C	2012	NCAE01950	250.000,00
02	Pá Carregadeira	Fiat Allis 12 BTM	1992	R 12 BTM 0357	125.000,00
03	Pá Carregadeira	Hyundai HL740	2013	9BD	250.000,00
04	Motoniveladora (Patrol)	New Holland RG 140B	2013	NDAF02114	450.000,00
05	Motoniveladora (Patrol)	XCMG GR1803BR	2018	XUGO1803CJPB00189	300.000,00
06	Retroescavadeira	Caterpillar 416E	2013	CAT0416ETMFG08679	180.000,00
07	Retroescavadeira	JCB 3C Plus	2013	JCB2132797JCB	190.000,00
08	Retroescavadeira	JCB 3CX Plus	2024	N/I	370.000,00
09	Retroescavadeira	XCMG JXT870BR	2024	N/I	300.000,00
10	Trator Agrícola	New Holland TL-85E	2013	N/I	120.000,00
11	Trator de Esteira	Fiat Allis AD7B	1992	N/I	120.000,00

VALOR TOTAL AVALIADO: R\$ 2.625.000,00

TETO ANUAL DE MANUTENÇÃO (70%): R\$ 1.837.500,00

Observação: o Laudo Técnico de Avaliação será renovado anualmente até 31 de janeiro de cada exercício, conforme Cláusula 14.2, II, do Edital.

CONSOLIDADO (VEÍCULOS + MÁQUINAS):

- Valor total da frota: R\$ 9.448.987,00

- Teto anual máximo agregado de manutenção (70%): R\$ 6.614.290,90



ANEXO II — TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação, por credenciamento, de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de peças (genuínas, originais ou paralelas de 1ª linha) e na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pesados e máquinas pesadas da frota da Secretário Municipal de Viação e Transito.

2. JUSTIFICATIVA

A frota municipal — 29 veículos e 11 máquinas — é instrumento operacional indispensável à prestação de serviços essenciais (manutenção viária, transporte escolar, transporte sanitário, abastecimento de água, terraplenagem). O credenciamento aplica-se por:

- a) inviabilidade de seleção de um único contratado, dada a dispersão geográfica das demandas e a necessidade de pronta resposta operacional;
- b) flutuação dos preços de peças e serviços automotivos (mercados fluidos);
- c) viabilidade e vantajosidade da contratação simultânea de múltiplos prestadores sob condições padronizadas (contratação paralela e não excludente);
- d) possibilidade de adoção de tabela de referência confiável e objetiva (Sistema TRAZ VALOR).

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS (rol exemplificativo, não exaustivo)

3.1. PEÇAS: motor, transmissão, embreagem, freios, suspensão, direção hidráulica, elétrica, injeção eletrônica, escapamento, refrigeração, ar-condicionado, sistemas hidráulicos (máquinas), implementos, rodagem, pneus, baterias, lubrificantes, filtros, correias, mangueiras, vidros, lanternas, espelhos, bancos, tapetes, fechaduras, fiação, sensores, ECUs, módulos, retentores, juntas, parafusos e demais peças necessárias.

3.2. SERVIÇOS: mecânica geral, retífica de motor, lanternagem, funilaria, pintura, soldas, alinhamento, balanceamento, geometria, cambagem, borracharia, elétrica automotiva, ar-condicionado, troca de óleo e filtros, lavagem técnica, diagnóstico computadorizado, leitura e apagamento de códigos de falha, programação de módulos, capotaria, vidraçaria, polimento, regulagem de injeção, testes em dinamômetro, vistorias técnicas.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 4.1. Os serviços e fornecimentos serão executados nas instalações do credenciado, em regra, ou em local indicado pela Administração, mediante prévia anuência do credenciado.
- 4.2. Em emergências, o credenciado deverá prestar atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da convocação.
- 4.3. Em serviços rotineiros, o prazo será de até 5 (cinco) dias úteis, salvo prazo diverso pactuado na Ordem de Serviço.
- 4.4. Os translados, guinchos, estadias e diárias de motorista são de inteira responsabilidade do credenciado, na forma da Cláusula 19.4 do Edital.

5. PREÇOS

- 5.1. Tabela TRAZ VALOR com aplicação obrigatória de desconto mínimo de 25%, conforme Cláusula 12 do Edital;
- 5.2. Itens não tabelados: cotação entre no mínimo 3 credenciados, executando-se com o de menor preço, conforme Cláusula 13.



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

5.3. O Município não admite a cobrança de taxa de orçamento, taxa de cotação, taxa de traslado ou outra rubrica que onere o preço final além do tabelado/cotado.

6. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

6.1. A fiscalização será exercida por Fiscal designado pela Secretário Municipal de Viação e Transito, com poderes para acompanhar, atestar, glosar, registrar ocorrências e propor sanções.

6.2. Recebimento provisório e definitivo nos termos da Cláusula 21.3 do Edital.

7. PAGAMENTO

Em até 30 (trinta) dias do atesto definitivo, conforme Cláusula 21.4 do Edital.

8. SANÇÕES

Conforme Cláusula 22 do Edital e arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/2021.

9. VIGÊNCIA

24 (vinte e quatro) meses prorrogáveis até 60 (sessenta), conforme Cláusula 17 do Edital.



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO III — MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. ____/2026

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Viação e Transito, JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA, designado pelo Decreto Municipal nº. 83/2025, doravante denominado MUNICÍPIO, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDENCIADA, formalizam, com fundamento nos arts. 74, IV, 78, I, e 79, I e III, da Lei nº. 14.133/2021, no Decreto Municipal nº. 79/2026 e nas cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº. 005/2026 (Processo Administrativo nº. 082/2026), o presente Termo de Credenciamento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente Termo formaliza o credenciamento da CREDENCIADA junto ao MUNICÍPIO para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção em veículos pesados e máquinas pesadas da frota municipal, na forma do Edital nº. 005/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA 2ª – DAS CONDIÇÕES

2.1. A CREDENCIADA declara conhecer e aceitar integralmente todas as cláusulas e condições do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos, comprometendo-se ao seu fiel cumprimento.

2.2. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, demanda mínima, exclusividade ou indenização por ausência de convocação.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste Termo acompanha a vigência do Edital nº. 005/2026, podendo ser encerrada antecipadamente nas hipóteses previstas no edital, com observância de contraditório e ampla defesa, quando cabível.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. As obrigações das partes são as elencadas nas Cláusulas 18 e 19 do Edital nº. 005/2026, ratificadas pela CREDENCIADA neste ato.

CLÁUSULA 5ª – DOS PREÇOS, CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Os preços observarão a Tabela TRAZ VALOR com desconto mínimo de 25%, ou cotação para itens não tabelados, na forma das Cláusulas 12, 13 e 14 do Edital.

5.2. A contratação ocorrerá mediante Ordem de Serviço específica e pagamento na forma da Cláusula 21 do Edital.

CLÁUSULA 6ª – DAS SANÇÕES E DESCRENCIAMENTO

6.1. Aplicam-se as sanções da Cláusula 23 e as hipóteses de descredenciamento da Cláusula 24 do Edital.

CLÁUSULA 7ª – DA LGPD E INTEGRIDADE

7.1. A CREDENCIADA observará as Leis nº. 13.709/2018 (LGPD), 12.846/2013 (Anticorrupção) e 12.813/2013 (Conflito de Interesses), na forma da Cláusula 25 do Edital.

CLÁUSULA 8ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. O presente Termo de Credenciamento não gera, por si, obrigação de despesa para o MUNICÍPIO. As despesas decorrentes das contratações efetivadas com fundamento neste Termo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas na respectiva Ordem de Serviço e/ou no contrato dela decorrente, observadas as disponibilidades dos exercícios correspondentes.



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

CLÁUSULA 9ª – DO FORO

9.1. Foro: Comarca de Palmas de Monte Alto – BA.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor.

Palmas de Monte Alto/BA, ____ de _____ de _____.

P/ MUNICÍPIO
JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Viação e Transito

P/ CREDENCIADA
[Nome do Representante Legal]

Testemunhas:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO IV — MINUTA DE CONTRATO (PARA CONTRATAÇÕES DE MAIOR VULTO)

CONTRATO nº. ____/2026

Contrato de Fornecimento de Peças e Prestação de Serviços de Manutenção Veicular e de Máquinas, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Viação e Transito, JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA, designado pelo Decreto Municipal nº. 83/2025, doravante denominado MUNICÍPIO, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, decorrente do Edital de Credenciamento nº. 005/2026 e do Termo de Credenciamento nº. ____/2026.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento das peças e a prestação dos serviços descritos no Anexo Único deste instrumento, em conformidade com a Ordem de Serviço nº. ____/2026, observadas as condições do Edital de Credenciamento nº. 005/2026 e da Tabela TRAZ VALOR.

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. Valor total do Contrato: R\$ _____ (_____).

2.2. Pagamento na forma da Cláusula 21 do Edital, mediante atesto e Nota Fiscal eletrônica.

2.3. Dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE/PROJETO:

ELEMENTO DA DESPESA:

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

3.1. Vigência: _____, observado o art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 4ª – DA EXECUÇÃO

4.1. Local, prazos, especificações e cronograma na forma do Anexo Único.

CLÁUSULA 5ª – DA GARANTIA

5.1. Peças: 90 dias; Serviços: 90 dias, observada a Cláusula 21 do Edital.

CLÁUSULA 6ª – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Fiscal: _____ (nome e matrícula).

6.2. Gestor: _____ (nome e matrícula).

CLÁUSULA 7ª – DAS SANÇÕES

7.1. Conforme Cláusula 23 do Edital e arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

8.1. Hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

9.1. Aplicam-se a este Contrato as cláusulas necessárias do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021 e os termos do Edital nº. 005/2026.

Palmas de Monte Alto/BA, ____ de _____ de _____.



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

P/ MUNICÍPIO
JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Viação e Transito

P/ CREDENCIADA
[Nome do Representante Legal]

Testemunhas:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO V — MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA

Referência:

Processo Administrativo nº. 082/2026

Edital de Credenciamento nº. 005/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, telefone (____) _____, e-mail _____, neste ato representada por _____, CPF _____, RG _____, na qualidade de _____, vem, respeitosamente, requerer SEU CREDENCIAMENTO no Edital nº. 005/2026, declarando:

- (a) conhecer e aceitar integralmente as condições do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos;
- (b) apresentar a documentação exigida na Cláusula 7ª do Edital;
- (c) comprometer-se a manter as condições de habilitação durante toda a vigência;
- (d) ter ciência de que o credenciamento não gera direito subjetivo à contratação nem garantia de demanda mínima;
- (e) ter ciência de que as despesas com guincho, traslado, estadia e diária de motorista correrão por conta da credenciada, nos termos da Cláusula 19.4 do Edital.

Categorias para as quais solicita credenciamento (assinalar com X):

- ☐ Fornecimento de peças para veículos pesados
- ☐ Fornecimento de peças para máquinas pesadas
- ☐ Prestação de serviços de manutenção em veículos pesados
- ☐ Prestação de serviços de manutenção em máquinas pesadas

Palmas de Monte Alto/BA, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante Legal



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO VI — MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA

Edital de Credenciamento nº. 005/2026 – Processo Administrativo nº. 082/2026

A empresa _____, CNPJ nº. _____, neste ato representada por _____, sob as penas da lei, DECLARA, para os devidos fins:

1. Que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital;
2. Que não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;
3. Que não foi declarada inidônea por qualquer ente da Administração Pública, ou, se foi, já houve reabilitação regular;
4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em conformidade com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
5. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou agente público do Município de Palmas de Monte Alto que possa configurar conflito de interesses, observada a Lei nº. 12.813/2013;
6. Que compromete-se a comunicar imediatamente fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
7. Que conhece e adere às regras de proteção de dados pessoais e sigilo de informações, observada a Lei nº. 13.709/2018;
8. Que responsabiliza-se civil, administrativa e penalmente pela veracidade dos documentos e informações apresentados;
9. Que está ciente de que declaração falsa poderá ensejar descredenciamento, sanções administrativas e responsabilidades civis e criminais (arts. 297 e 299 do Código Penal e art. 155, VIII, da Lei nº. 14.133/2021);
10. Que conhece e adere às normas anticorrupção (Lei nº. 12.846/2013), incluindo a vedação a oferecimento de vantagens indevidas a agentes públicos;
11. Que cumpre as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e ambientais decorrentes da execução, incluindo o adequado descarte de óleo lubrificante usado, baterias, pneus e resíduos sólidos (Resolução CONAMA nº. 362/2005);
12. Que possui as condições técnicas e operacionais para a execução do objeto.

Palmas de Monte Alto/BA, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante Legal



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO VII — MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO nº. ____/2026

Processo Administrativo nº. 082/2026

Edital de Credenciamento nº. 005/2026

Termo de Credenciamento da CREDENCIADA: nº. ____/2026

CREDENCIADO: _____ **CNPJ:** _____

Endereço: _____

Contato: _____ E-mail: _____

BEM A SER ATENDIDO:

☐ Veículo ☐ Máquina pesada

Placa / Série: _____

Modelo: _____

Ano: _____

Valor de Avaliação atual: R\$ _____

Acumulado de manutenção no exercício corrente: R\$ _____ (____% do valor de avaliação)

DESCRIÇÃO DA DEMANDA:

DETALHAMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR TABELA TRAZ VALOR	DESCONTO 25%	VALOR FINAL	TIPO PEÇA*
01						
02						

* G = Genuína; O = Original; P = Paralela 1ª linha (com autorização do Fiscal — anexar despacho)

ITENS NÃO TABELADOS (cotação anexa):

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	VENCEDOR
01							



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

VALOR TOTAL DA OS: R\$ _____

PRAZO DE EXECUÇÃO: ____ dias úteis (a contar do recebimento do bem)

LOCAL DE EXECUÇÃO: _____

MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO CREDENCIADO (art. 21, §3º, Decreto 79/2026):

DECLARAÇÃO DE NÃO CONCENTRAÇÃO: declaro que a contratação da credenciada acima não configura concentração indevida de demanda nos últimos 90 dias, sendo a escolha motivada pelos critérios objetivos da Cláusula 15 do Edital.

Palmas de Monte Alto/BA, ____ de _____ de ____.

FISCAL DO CONTRATO

Nome, matrícula, cargo

DESPACHO DE VALIDAÇÃO DO SECRETÁRIO:

[] APROVADO [] DEVOLVIDO PARA REVISÃO

Justificativa: _____

JOSÉ LUIZ SILVA DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Transito

ATESTO DA EXECUÇÃO (FASE FINAL):

Recebimento provisório em: ____/____/____

Recebimento definitivo em: ____/____/____

Conformidade: [] Total [] Parcial (descrever ocorrências)

FISCAL DO CONTRATO



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO VIII — MODELO DE PEDIDO E MAPA DE COTAÇÃO (ITENS NÃO TABELADOS)

PEDIDO DE COTAÇÃO nº. ____/2026

Processo Administrativo nº. 082/2026 | Edital de Credenciamento nº. 005/2026

A todos os credenciados habilitados nas categorias correspondentes, comunicamos a abertura de pedido de cotação para os itens abaixo, com prazo de resposta até ____/____/____ às ____h, conforme Cláusula 13 do Edital.

BEM: _____ Placa/Série: _____

Descrição da demanda: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
01				
02				

INSTRUÇÕES:

1. Apresentar proposta datada, assinada e identificada pelo CNPJ, em papel timbrado;
2. Informar marca, modelo, prazo de entrega, prazo de execução e garantia;
3. Preço final em reais, sem cobrança de taxas adicionais;
4. Validade da proposta: 7 (sete) dias corridos;
5. Encaminhar para o e-mail: _____ ou protocolo presencial.

FISCAL DO CONTRATO

MAPA COMPARATIVO DE COTAÇÕES (consolidado pelo Fiscal)

ITEM	DESCRIÇÃO	CREDENC. 1	CREDENC. 2	CREDENC. 3	MENOR	VENCEDOR
01						

CREDENCIADAS PROPONENTES:

1. _____ CNPJ: _____ Recebido em: ____/____/____
2. _____ CNPJ: _____ Recebido em: ____/____/____
3. _____ CNPJ: _____ Recebido em: ____/____/____

ANÁLISE TÉCNICA E DECISÃO:

FISCAL DO CONTRATO



MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRACAO E FINANÇAS
PC DA BANDEIRA, 30, CENTRO, PALMAS DE MONTE ALTO, BAHIA, 46.460-000
CNPJ: 13.982.590/0001-47

ANEXO IX — MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(em papel timbrado da emitente)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, ATESTA, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, prestou-lhe serviços e/ou forneceu-lhe peças relativos a:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS:

PERÍODO DA PRESTAÇÃO: de ____/____/____ a ____/____/____

VALOR APROXIMADO CONTRATADO: R\$ _____

ATESTAMOS, AINDA, QUE:

- (a) a empresa atendeu satisfatoriamente o objeto contratado;
- (b) cumpriu os prazos e qualidade técnica exigidos;
- (c) não há registros de descumprimento contratual relevante.

(Local), ____ de _____ de ____.

[Nome do Representante Legal da Emitente]
[Cargo]
[Contato para verificação]